d) A competência para autorizar a realização de despesas adicionais às despesas previamente autorizadas pela Comissão de Jogos que decorram de variações das taxas do IVA ou de outros impostos ou taxas obrigatórias, ou ainda da variação de taxas de câmbio;

e) A competência para autorizar a inscrição de fornecedor, na sequência da adjudicação resultante de procedimento concursal autorizado pela Comissão de Jogos;

f) A competência para autorizar a redução dos valores de despesas previamente autorizadas pela Comissão de Jogos e a reafetação dos montantes reduzidos a outras ações a realizar na mesma área de atividade.

4 — Os poderes subdelegados no número anterior são conferidos com a faculdade de subdelegar, nos seguintes termos:

a) A subdelegação no Diretor Coordenador do SRIJ, até ao limite de Euros 15.000 (quinze mil), com a faculdade de este subdelegar nos respetivos Diretores de Departamento, até ao limite de Euros 10.000 (dez mil);

b) A subdelegação no Diretor Coordenador do SRIJ, independentemente do valor, da competência para autorizar, no âmbito de procedimentos pré-contratuais de formação de contratos públicos, a prorrogação do prazo para apresentação de propostas e de documentos de habilitação.

5 — Os atos praticados ao abrigo da delegação e das subdelegações de competências constantes da presente Deliberação devem ser precedidos do prévio cabimento da correspondente despesa a efetuar pelo Departamento de Planeamento e Controlo Orçamental, e do cumprimento das demais regras que no caso concreto devam ser observadas, designadamente as relativas à realização da despesa e à execução orçamental.

6 — Os limites fixados na presente Deliberação para efeitos de autorização de despesas incluem IVA.

7 — Os atos praticados no exercício dos poderes delegados e subdelegados nos termos dos números anteriores devem ser dados a conhecer à Comissão de Jogos.

8 — A presente deliberação produz efeitos imediatos, ficando ainda ratificados todos os atos que, no âmbito das competências ora delegadas, tenham sido praticados desde 19 de fevereiro de 2016, data de produção de efeitos do despacho de nomeação da Vice-Presidente.

27 de abril de 2016. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro*.

209537787

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho (extrato) n.º 5963/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho de 25 de fevereiro de 2016 foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria, no mapa de pessoal desta Direção Regional, do trabalhador José Manuel Antunes de Almeida Barata, da carreira e categoria de técnico superior, colocado na 4.ª posição remuneratória, oriundo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de abril de 2016, havendo lugar à celebração do respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

19 de abril de 2016. — A Diretora Regional, *Adelina M. Machado Martins*.

209536393

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Aviso n.º 5784/2016

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, alínea b), e 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que se procedeu à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o trabalhador e a trabalhadora abaixo indicados, com efeitos a 25 de fevereiro de 2016, data do meu despacho de autorização da consolidação da respetiva mobilidade na categoria em posto de trabalho do mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, ao abrigo do estatuído no artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à suprarreferida Lei n.º 35/2014:

Nome	Carreira/Categoria	Posição remuneratória
Carlos Manuel de Sousa Cupertino	Técnico Superior	3.ª
Maria Bárbara Lopes Cupertino	Assistente Operacional	Entre 1.ª e 2.ª

22 de abril de 2016. — O Diretor Regional, *Francisco M. Santos Murteira*.

209536863

MAR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 5964/2016

Considerando que:

a) O Programa do XXI Governo Constitucional integra um conjunto de compromissos e de políticas relacionadas com a promoção do investimento na juventude, na modernização e diversificação do ensino, da qualidade de vida e da aposta no Mar;

b) A aposta no Mar baseia-se no desígnio transversal de promoção do conhecimento científico e no desenvolvimento tecnológico, da promoção da educação e empregabilidade em novas áreas de conhecimento, bem como da promoção da náutica de recreio;

c) O regime jurídico da atividade da náutica de recreio, consagrado pelo Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25 de maio, estabelece a composição do Conselho da Náutica de Recreio (CNR) enquanto órgão consultivo da Ministra do Mar, por força do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de dezembro, competindo-lhe dar parecer, sempre que solicitado, sobre as matérias relativas à náutica de recreio;

d) Por despacho da Ministra do Mar, sob proposta do Diretor-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), podem, ainda, integrar o CNR três personalidades com especial e reconhecido conhecimento da náutica de recreio, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º daquele regime jurídico;

e) Estando em curso a revisão do referido regime jurídico, por forma a adequá-lo ao crescente desenvolvimento da atividade, dando, igualmente,

resposta aos novos desafios colocados por uma economia do mar que se quer motor do desenvolvimento do país, impõe-se submeter à apreciação do CNR o respetivo projeto de diploma;

f) É da maior importância carrear para este processo o maior número de perspetivas construtivas e informadas sobre este sector da atividade, assumindo especial importância ouvir personalidades que, não tendo assento na composição do CNR, representam, pelo seu reconhecido conhecimento e experiência, uma mais-valia inquestionável para este processo.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de dezembro determino, sob proposta do DGRM:

1 — A nomeação das seguintes personalidades de reconhecido conhecimento e experiência:

a) Professor Fernando Perna, professor coordenador da Universidade do Algarve da Universidade do Algarve e investigador nas áreas da economia do turismo, políticas públicas, competitividade, planeamento e desenvolvimento regional, gestão costeira e desenvolvimento sustentável;

b) Dr. Jorge de Carvalho, diretor do Departamento de Desporto do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.;

c) Eng.ª Natércia Cabral, ex-presidente da Administração do Porto de Lisboa e ex-presidente do Conselho Diretivo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

2 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

28 de abril de 2016. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

209542857